

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|---|---|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 2 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 3 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 4 |
| 5.5 - Alterações significativas | 5 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 6 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 7 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 28 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 32 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 34 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 37 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 44 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 45 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 46 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 48 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Nos termos do artigo 36 e parágrafo único da Instrução CVM nº480, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entrega este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstancial ao final do processo da recuperação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Nos termos do artigo 36 e parágrafo único da Instrução CVM nº480, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entrega este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstancial ao final do processo da recuperação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Nos termos do artigo 36 e parágrafo único da Instrução CVM nº480, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entrega este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstancial ao final do processo da recuperação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Nos termos do artigo 36 e parágrafo único da Instrução CVM nº480, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entrega este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstancial ao final do processo da recuperação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Nos termos do artigo 36 e parágrafo único da Instrução CVM nº480, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entrega este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstancial ao final do processo da recuperação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Nos termos do artigo 36 e parágrafo único da Instrução CVM nº480, o emissor em recuperação judicial é dispensado de entrega este item do formulário de referência até a entrega em juízo do relatório circunstancial ao final do processo da recuperação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras consolidadas de 2019, 2018 e 2017 estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em um setor de capital intensivo e sua geração de caixa operacional, proveniente de projetos atualmente em operação, e consequentes dividendos pagos pelas Sociedades de propósito específico (“SPEs”) operacionais para a controladora Renova Energia S.A., não são suficientes para a execução de seus investimentos em novos ativos de geração com energia contratada nos mercados regulado e livre.

Desde 2015, a Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluíram: a) recebimento de recursos dos seus acionistas na forma de aporte de capital e de antecipação dos contratos de compra e venda de energia, b) reestruturação e redução dos gastos administrativos, c) venda de parques eólicos e projetos em desenvolvimento, e d) otimização do portfólio de contratos com cancelamento, cessão, suspensão e postergação dos PPAs.

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou um plano de estruturação financeira que, dentre outras ações, contemplava o equacionamento e alongamento de dívidas e a venda do Complexo Eólico AS III.

Na tentativa de redimensionar suas operações e obter recursos que permitissem a readequação de sua estrutura de capital e a realização de novos investimentos de maneira sustentável, a Companhia estava trabalhando na venda do Complexo Eólico AS III. Mas conforme fato relevante divulgado em 10 de outubro de 2019, as negociações de venda do AS III foram encerradas, pois as partes não chegaram a um acordo em relação às condições comerciais da operação. Tal fato, aliado à incapacidade da Companhia de suportar os custos e as condições da prorrogação do vencimento do contrato de financiamento do empréstimo de curto prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o AS III – Fase A, e em adição à disputas judiciais incluindo execuções que poderiam colocar em risco suas operações, levaram os acionistas a concluir que o ajuizamento da recuperação judicial era a medida mais adequada para (i) continuar avançando de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos com a coordenação de todos os envolvidos no plano de estruturação; (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e suas controladas; bem como (iii) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia e suas controladas.

Assim, em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), cujo processamento foi deferido nessa mesma data e dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em aderência a esse momento da Companhia, em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a contratação de empresa especializada em assessoria e suporte à gestão interina de empresas em processos de recuperação judicial. Como parte da Gestão interina, ocorreu nessa mesma data a substituição do diretor-presidente e do diretor de finanças e desenvolvimento de negócios.

Em 04 de novembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pela Companhia, a qual foi reapresentada em 10 de março de 2020. Em 13 de dezembro de 2019, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Em 17 de dezembro de 2019 a Companhia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica- financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em linha com seu Plano e para suporta as despesas de manutenção das suas atividades, a Renova celebrou com a CEMIG empréstimo do tipo *debtor-in-possession* (“DIP”), no montante total de R\$36.500, sendo R\$10.000, R\$6.500 e R\$20.000, em 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente (notas 26 e 32.1). Ainda, em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação da oferta vinculante de financiamento para a conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, bem como para as despesas operacionais correntes da Companhia, cujos documentos necessários ao fechamento da operação estão sendo negociados entre as partes (nota 32.2).

O plano de recuperação judicial encontra-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer entre os meses de abril e maio de 2020. Todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

b. Estrutura de capital:

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiada também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de *Project Finance* permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% de seus investimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil) | 31 de dezembro de 2019 | AV % | 31 de dezembro de 2018 | AV % | 31 de dezembro de 2017 | AV % |
|--|------------------------|-------------|------------------------|----------------|------------------------|----------------|
| Capital de terceiros ¹ | 1.562.298 | 331% | 412.256 | 122,78% | 1.293.338 | 60,21% |
| Capital próprio ² | (1.090.547) | -231% | (76.498) | -22,78% | 854.579 | 39,79% |
| Total | 471.751 | 100% | 335.758 | 100,00% | 2.147.917 | 100,00% |

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital e prejuízos acumulados.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta prejuízo de R\$1.014.058, possui prejuízos acumulados de R\$4.064.945, bem como passivos circulantes consolidados em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R\$2.906.643, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$1.090.547 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais e de construção dos parques eólicos e solares.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 deve-se, principalmente, a: (i) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$444.335 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas; (ii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico AS III, no montante de R\$259.403; (iii) constituição de provisão referente a auto de infração recebido em outubro de 2019, no valor de R\$89.317; (iv) às perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada direta Renova Comercializadora, no valor de R\$86.965, para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia e, (v) constituição de provisão referente a penalidade a ser aplicada pela ANEEL pelo cancelamento das outorgas da Fase B, no valor de R\$61.080.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos empreendimentos de geração de energia, a Companhia captou recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital e antecipação de contratos de energia. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte foi alocada em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia e respectivas subholdings. Tais financiamentos foram obtidos junto a bancos de desenvolvimento e agências de fomento, tais como o BNDES, BNB, FINEP, assim como instituições financeiras.

Além desses financiamentos, para suportar as despesas de manutenção da Companhia, foi celebrado junto a CEMIG empréstimo do tipo *debtor-in-possession* ("DIP").

A Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Ao longo de 2017, a Companhia reduziu significativamente seu plano de investimentos e a única grande necessidade de recursos para investimentos em curso em ativos não-circulantes refere-se a conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III ("AS III").

Em linha com seu plano de recuperação judicial, a Companhia recebeu no dia 21 de fevereiro de 2020, da ARC Capital Ltda. ("ARC"), da G5 Administradora de Recursos Ltda. ("G5") e da XP Vista Asset Management Ltda. ("XP") uma oferta vinculante de financiamento de até R\$ 320 milhões a serem utilizados na retomada das obras para a conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A, bem como para despesas operacionais correntes da Renova, cuja aceitação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2020.

De acordo com os termos da citada oferta, a Companhia concedeu um prazo de 30 (trinta) dias de exclusividade contados da data de sua aceitação, que servirá para a negociação satisfatória dos documentos da operação a ser realizada entre as partes.

Em caso de sucesso nas negociações, a Companhia dará um importante passo para a implementação de um dos pontos principais do seu plano de recuperação judicial apresentado em dezembro de 2019.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela a seguir demonstra o saldo dos empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia nos exercícios de 2019, 2018 e 2017:

| Contrato | Taxa ¹ | Em 31 de dezembro de (em R\$ mil) | | |
|---------------------------------------|----------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|
| | | 2019 | 2018 | 2017 |
| FNE- Banco do Nordeste do Brasil S.A. | 9,5%a.a. (8,08%a.a.) | 63.157 | 70.688 | 77.788 |
| BNDES - Ponte I | TJ6 +8,15% a.a. | 490.557 | 935.590 | 885.786 |
| FINEP - CEOL Itaparica | 3,5% a.a. | 8.502 | 10.171 | 12.171 |
| Banco Daycoval | 1,60% a.m. | | | 6.685 |
| Citibank | 12,68% a.a. | 83.249 | | |
| Banco Itaú | 12,68% a.a. | 124.836 | | |
| Banco ABC | 12,68% a.a. | 49.934 | | |
| Citibank | 155% CDI | 191.888 | 171.333 | 150.545 |
| Banco Bradesco | 12,68% a.a. | 341.219 | | |
| Banco Itaú | 100% CDI +2,5% a.a. | 4.579 | | |
| Banco Bradesco | 100% CDI +2,5% a.a. | 4.583 | | |
| Banco Modal | 100% CDI +6% a.a. | 23.123 | 19.446 | 17.262 |
| BTG Pactual | 155% CDI | 176.774 | 170.235 | 143.256 |
| Total do endividamento | | 1.562.401 | 1.377.463 | 1.293.493 |
| Transf. Ativos mantidos par venda | | | | |
| Custo de captação | | - 103 | - 131 | - 155 |
| End líquido dos custos | | 1.562.298 | 1.377.332 | 1.293.338 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

1: Taxas atuais referentes aos financiamentos na data base de 31/12/2019

Resumo dos contratos (valores em R\$ mil)

(a) BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963.

Em 15 de maio de 2019 e 19 de julho de 2019, foram criados os subcréditos "D" e "E" decorrente da incorporação ao saldo devedor do contrato do valor devido a título de Comissão de Renegociação, no valor de R\$2.433 e R\$2.487, respectivamente, corrigidos pela taxa média SELIC mais sobretaxa fixa, acrescidos de remuneração de 8,55% a.a. e 8,63% a.a., quitados em 19 de julho de 2019 e 15 de agosto de 2019, respectivamente.

Em 15 de agosto de 2019, o BNDES prorrogou os prazos de carência e de amortização do contrato de financiamento mencionado acima para 15 de setembro de 2019 e 15 de outubro de 2019, respectivamente, incluindo a liquidação parcial de R\$12.000 da parcela da dívida nesta mesma data.

Em setembro de 2019, foi incorporado ao saldo devedor do financiamento, o montante de R\$28.023 decorrente de inadimplementos não financeiros e penalidades. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos.

(b) Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$144.501), o penhor de ações da Enerbras (R\$145.448), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R\$398.967 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.502, em 31 de dezembro de 2019. O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

(c) FINEP

Em 19 de dezembro de 2013 a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$107.960, cujos recursos seriam destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possuía carência de 36 meses entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deveria ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Até 31 de dezembro de 2019, o montante liberado foi de R\$14.149, sendo garantido por cartas de fiança bancária no valor de 100% do total liberado, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pela controlada Itaparica, a FINEP decretou vencimento antecipado do financiamento e a Companhia, na qualidade de fiadora das obrigações, efetuou a quitação do valor devido em 21 de janeiro de 2020, do montante de R\$8.490, mediante utilização da garantia aportada no Banco Safra.

(d) Outros empréstimos – capital de giro

Em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário de R\$15.000 acrescida de 100% do CDI mais uma taxa pré-fixada de 6% a.a. junto ao Banco Modal S.A. cujo vencimento ocorreu em 10 de setembro de 2019. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo Citibank. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência. A amortização do principal e o pagamento dos juros serão trimestrais. As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 40% dos dividendos distribuídos pela Brasil PCH à Chipley. Até 31 de dezembro de 2019 foram pagos R\$485 referentes a encargos da dívida.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, o Citibank decretou vencimento antecipado da CCB, cujo saldo foi integralmente reclassificado para o passivo circulante.

Em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois Instrumentos Particulares de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI, que serão pagos durante todo o prazo da dívida em parcelas trimestrais, sem nenhum período de carência. Até 31 de dezembro de 2019 foram pagos R\$4.284 referentes a encargos da dívida.

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil.

Em 19 de julho de 2019 a controlada indireta Diamantina Eólica contratou Cédulas de Crédito Bancário ("CCB") junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela então controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas Diamantina e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 restando um saldo a pagar de R\$9.162.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou seu passivo com fornecedores provisionando os encargos com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

| Exercício social encerrado em 31 de | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------------|------------------|
| dezembro de 2019 (em R\$ mil) | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Garantia real | 1.506.999 | 28.881 | 26.418 | - | 1.562.298 |
| Garantia quirografária | 1.420.832 | 409.995 | 7.038 | 20.307 | 1.858.172 |
| Total | 2.927.831 | 438.876 | 33.456 | 20.307 | 3.420.470 |

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- Limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- Limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- Limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- Limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- Limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Contrato de Financiamento celebrado entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") e a Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"), em 30 de junho de 2006 ("Contrato BNB-Espra").

Nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra compromete-se a manter durante todo o prazo de vigência da operação, um Fundo de Liquidez em conta corrente denominada "Conta Reserva", cujas aplicações serão feitas em títulos do Tesouro Nacional, fundos por eles lastreados ou em títulos privados de emissão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do BNB, cuja aplicação corresponderá a 6 parcelas de amortização, referenciada pela maior prestação, pós carência depositada na Conta Reserva.

Ainda, nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra não poderá distribuir à sua controladora, quaisquer quantias em dinheiro ou bens, incluindo dividendos, exceto os dividendos obrigatórios conforme previsto em seu estatuto social, sem a prévia anuência do BNB. O pedido de anuência deverá ser respondido pelo BNB em até 60 dias, sob pena de considerar-se autorizada a distribuição.

Contrato de Financiamento celebrado entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Centrais Elétricas Itaparica S.A. ("Contrato FINEP") em 13 de dezembro de 2013.

O Contrato FINEP não possui cláusulas restritivas a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer, à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários. No entanto, possui cláusula restritiva de alteração do controle da Centrais Elétricas Itaparica S.A. ou da Renova Energia S.A.

Empréstimos Ponte obtido pela Diamantina Eólica Participações S.A., controladora das SPes desenvolvedoras dos projetos Alto Sertão III – Fase A, por meio do Contrato De Financiamento Mediante Abertura De Crédito Nº 14.2.1247.1, celebrado com o BNDES em 19 de dezembro de 2014 ("Contrato Ponte ASIII-Fase A").

São garantias do financiamento: penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A, Diamantina Eólica Participações S.A e das SPes na qualidade de intervenientes ao contrato, penhor das máquinas e equipamentos, dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPes e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs) e Penhor das ações de titularidade da Renova no Capital Social da Chipley Participações S.A.. Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

g) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Empréstimo ponte celebrado com o BNDES em dezembro de 2014, no valor de R\$700,0 milhões, destinado ao projeto Alto Sertão III, foram liberados R\$500,0 milhões em 2015 e mais 163 milhões de reais em 2016. Foi utilizado 100% do valor liberado.

Contrato de financiamento celebrado com a FINEP em dezembro de 2013, no valor total de R\$108,0 milhões, destinado à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica, foram desembolsados R\$14,1 milhões em 2016, sendo utilizado 100% do valor liberado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras***

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

| | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | | Variação 2019x2018 |
|--|--|-----------|----------|-----------------------|
| | 2019 | 2018 | AV% | |
| RECEITA LÍQUIDA | 98.190 | 709.795 | 100,0% | -86,2% |
| CUSTOS DOS SERVIÇOS | | | | |
| Custo com compra de energia | (48.581) | (815.093) | -49,5% | -94,0% |
| Custo de operação | (7.622) | (8.887) | -7,8% | -14,2% |
| Depreciações e amortizações | (9.369) | (9.508) | -9,5% | -1,5% |
| Encargos de uso do sistema de distribuição | (785) | (747) | -0,8% | 5,1% |
| Total | (66.357) | (834.235) | -67,6% | -92,0% |
| LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO | 31.833 | (124.440) | 32,4% | -125,6% |
| RECEITA (DESPESAS) | | | | |
| Gerais e administrativas | (144.832) | (129.024) | -147,5% | 12,3% |
| Depreciações e amortizações | (6.798) | (1.874) | -6,9% | 262,8% |
| Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado | (259.403) | (150.226) | -264,2% | 72,7% |
| Outras receitas (despesas) líquidas | (249.245) | (177.231) | -253,8% | 40,6% |
| Total | (660.278) | (458.355) | -672,4% | 44,1% |
| Resultado de equivalência patrimonial | 65.849 | 48.686 | 67,1% | 35,3% |
| PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | (562.596) | (534.109) | -573,0% | 5,3% |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | | |
| Receitas financeiras | 2.992 | 3.175 | 3,0% | -5,8% |
| Despesas financeiras | (447.327) | (319.578) | -455,6% | 40,0% |
| Total | (444.335) | (316.403) | -452,5% | 40,4% |
| PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (1.006.931) | (850.512) | -1025,5% | 18,4% |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | (6.743) | (5.936) | -6,9% | 13,6% |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | (384) | 151 | -0,4% | -354,3% |
| Total | (7.127) | (5.785) | -7,3% | 23,2% |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | (1.014.058) | (856.297) | -1032,8% | 18,4% |

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$98,1 milhões, representando uma redução de R\$611,6 milhões ou 86,2% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$709,7 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 as PCHs da Companhia contribuíram com R\$42,8 milhões. A receita de comercialização de energia totalizou R\$ 55,3 milhões, apresentando uma redução devido se à suspensão dos contratos Light I e Cemig I, além da cessão de outros contratos para Cemig e Light no mês de março de 2019.

Custos gerenciáveis

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção dos parques eólicos (até agosto de 2017) e PCHs e à compra de energia para revenda.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos gerenciáveis totalizaram R\$56,2 milhões, uma redução de 93,2%, comparada ao ano de 2018, essa redução é devido à suspensão dos contratos Light I e Cemig I, além da cessão de outros contratos para a Light e Cemig. Em 2018, os custos gerenciáveis totalizaram R\$823,9 milhões.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$785 mil, um aumento de 5,1% comparado ao valor de R\$747 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a depreciação das PCHs e torres de medição dos projetos eólicos em desenvolvimento totalizou R\$9,4 milhões (R\$9,5 milhões, em 2018).

Despesas

No ano de 2019, as despesas totalizaram R\$ 653,5 milhões, representando uma redução de R\$196,9 milhões em relação ao ano de 2018. O SG&A reduziu R\$7,4 milhões, representando um decréscimo de 12,2% em relação ao ano de 2018.

As principais variações nas despesas estão detalhadas a seguir:

- Serviços de terceiros: ocorreu uma redução de 6,6 milhões, principalmente, em função do estorno de provisões para as quais não há expectativa de realização.
- Contingências cíveis e trabalhistas: a redução de R\$36,3 milhões em 2019 refere-se substancialmente a reversão da provisão para processo cível considerando a suspensão de determinado processo bem como a nulidade da sentença ajuizada por terceiros.
- Contrato oneroso: o valor de R\$10,4 milhões foi revertido durante o ano de 2019 em razão da revisão dos efeitos dos contratos onerosos face aos preços de compra de energia atualmente praticados no mercado.
- Multa sobre ressarcimento: no ano de 2019 o aumento refere-se ao complemento de provisão de multa de ressarcimento quadrienal dos contratos atrasados LER 2013 e LER 2014. A variação entre o acumulado de 2019 e o mesmo período de 2018, refere-se ao reajuste no preço contratual que serve de base para o cálculo da multa.
- Ganho na alienação de ativos: a Companhia entregou o projeto em desenvolvimento Seridó com o objetivo de amortizar o montante de R\$10 milhões do total da dívida com o fornecedor de determinadas controladas da Companhia que fazem parte do AS III – Fase A. Assim os gastos com esse projeto, que totalizaram R\$6,5 mil anteriormente reconhecidos no ativo foram baixados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Penalidades contratuais e regulatórias: em 2019 foram reconhecidos R\$61,1 referentes a penalidade aplicada pela ANEEL pelo cancelamento das outorgas, em 4 de junho de 2019, da Fase B do Complexo Eólico Alto Sertão III.
- Indenizações contratuais: aumento de R\$35,9 milhões referente ao ressarcimento a ser pago em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica.
- Penalidade fiscal: constituição de provisão referente a auto de infração recebido em outubro de 2019, no valor de R\$89,3 milhões.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia mensura seu investimento na participação societária da Brasil PCH (51%) utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

No ano de 2019, a Brasil PCH apresentou um lucro líquido de R\$200,3 milhões (R\$166,7 milhões, em 2017) impactado substancialmente por: (i) aumento do faturamento em função do reajuste contratual de 7,64% ocorrido durante o primeiro semestre de 2019; (ii) aumentos nos custos com manutenções preventivas e corretivas realizadas nas PCHs; e (iii) redução do resultado financeiro negativo em função do aumento nos rendimentos com aplicação financeira e redução nos encargos da dívida.

O efeito do resultado desse investimento no resultado consolidado da Companhia está apresentado a seguir:

| Renova (51% Brasil PCH) | 2019 | 2018 |
|---------------------------|----------|----------|
| Equivalência patrimonial | 102.151 | 84.989 |
| Amortização da mais valia | (36.302) | (36.303) |
| Resultado | 65.849 | 48.686 |

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$444,3 milhões (R\$316,4 milhões, em 2018). O aumento entre os dois exercícios está relacionado ao aumento das despesas financeiras.

Em 2019 o resultado financeiro negativo foi impactado pelos encargos da dívida (R\$196,6 milhões), juros com partes relacionadas (R\$93,4 milhões) e outras despesas financeiras (R\$157,3 milhões).

Imposto de renda e contribuição social

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No ano de 2019, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram em R\$ 7,1 milhões, em comparação a R\$ 5,8 milhões no ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Prejuízo do exercício**

Em 2019, a Companhia registrou prejuízo de R\$1.014 milhões, ante ao prejuízo de R\$ 856,3 milhões no ano anterior. O resultado de 2019 foi impactado principalmente pela (i) redução na receita operacional, devido à suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia para Cemig e Light, o que também afetou os custos gerenciáveis, (ii) aumento das despesas administrativas, (iii) aumento nas despesas financeiras, e (iv) aumento no valor do *impairment*.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.**

| | Exercícios encerrados em 31 de dezembro de | | | |
|---|--|------------------|----------------|-------------------------|
| | 2018 | 2017 | AV | Variação 2018 x 2017 |
| RECEITA LÍQUIDA | 709,8 | 734,1 | 100,0% | -3,3% |
| CUSTOS DOS SERVIÇOS | | | | |
| Custo com compra de energia | (815,1) | (622,8) | -84,8% | 30,9% |
| Custo de Operação | (8,9) | (32,3) | -4,4% | -72,4% |
| Depreciações | (9,5) | (10,0) | -1,4% | -5,0% |
| Encargos de uso do sistema de distribuição | (0,7) | (11,5) | -1,6% | -93,5% |
| <i>Total</i> | <u>(834,3)</u> | <u>(676,6)</u> | <u>-92,2%</u> | <u>23,3%</u> |
| LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO | <u>(124,5)</u> | <u>57,5</u> | <u>7,8%</u> | <u>n.a</u> |
| RECEITA (DESPESAS) | | | | |
| Gerais e administrativas | (129,0) | (119,9) | -16,3% | 7,6% |
| Depreciações e amortizações | (1,9) | (2,2) | -0,3% | -13,0% |
| Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado | (150,2) | (786,5) | -107,1% | -80,9% |
| Outras receitas (despesas) líquidas | <u>(177,2)</u> | <u>(33,1)</u> | <u>-4,5%</u> | <u>435,3%</u> |
| <i>Total</i> | <u>(458,3)</u> | <u>(941,7)</u> | <u>-128,3%</u> | <u>-51,3%</u> |
| Resultado de equivalência patrimonial | 48,7 | 71,5 | 9,7% | -31,9% |
| Perda na alienação de ativos | - | (147,7) | -20,1% | n.a |
| Ganho com investimento | - | 172,2 | 23,5% | n.a |
| <i>Total</i> | <u>48,7</u> | <u>96,0</u> | <u>13,1%</u> | <u>-49,3%</u> |
| PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS | <u>(534,1)</u> | <u>(788,2)</u> | <u>-107,4%</u> | <u>-32,2%</u> |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | | |
| Receitas Financeiras | 3,2 | 12,2 | 1,7% | -74,0% |
| Despesas Financeiras | <u>(319,6)</u> | <u>(470,1)</u> | <u>-64,0%</u> | <u>-32,0%</u> |
| <i>Total</i> | <u>(316,4)</u> | <u>(457,9)</u> | <u>-62,4%</u> | <u>-30,9%</u> |
| PREJUÍZO ANTES DO | | | | |
| IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | <u>(850,5)</u> | <u>(1.246,1)</u> | <u>-169,7%</u> | <u>-5,0%</u> |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | (5,9) | (14,7) | -2,0% | -59,6% |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | <u>0,2</u> | <u>121,3</u> | <u>16,5%</u> | <u>-99,9%</u> |
| <i>Total</i> | <u>(5,8)</u> | <u>106,7</u> | <u>14,5%</u> | <u>n.a</u> |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | <u>(856,3)</u> | <u>(1.139,4)</u> | <u>-155,2%</u> | <u>-24,9%</u> |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$709,8 milhões, representando uma redução de R\$24,3 milhões ou 3,3% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$734,1 milhões. Com a venda do Complexo Eólico em agosto de 2017, a Companhia deixou de reconhecer receita de geração eólica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 as PCHs da Companhia contribuíram com R\$33,5 milhões. A receita de comercialização de energia totalizou R\$ 676,3 milhões, apresentando um aumento de 10,4% em relação ao exercício de 2017.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção dos parques eólicos (até agosto de 2017) e PCHs e à compra de energia para revenda.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos gerenciáveis totalizaram R\$823,9 milhões, um aumento de 25,8% em relação aos R\$655,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O principal fator para o aumento foi a compra de energia para revenda, que totalizou R\$815,1 milhões em 2018 comparado ao valor de R\$622,8 milhões em 2017. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizam R\$8,9 milhões no ano, ou seja, redução de 72,4% em comparação ao ano de 2017, principalmente devido à redução de R\$20,4 milhões na linha de serviços de terceiros.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$747 mil, uma redução de 93,5% quando comparado aos R\$11,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução refere-se à venda dos parques Alto Sertão II em agosto de 2017.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a depreciação das PCHs e torres de medição dos projetos eólicos em desenvolvimento totalizou R\$9,5 milhões (R\$10 milhões, em 2017).

Despesas

No ano de 2018, as despesas totalizaram R\$458,3 milhões, representando uma redução de R\$483,4 milhões em relação ao ano de 2017. O SG&A reduziu R\$11,3 milhões, representando um decréscimo de 14,7% em relação ao ano de 2017.

As principais variações nas despesas estão detalhadas a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado: impairment relacionado ao projeto Alto Sertão III no valor de R\$ 150,2 milhões.
- Contingências cíveis e trabalhistas: R\$64,6 milhões devido principalmente a provisão relacionada à disputa judicial com fornecedor.
- Indenizações contratuais: indenização a ser paga às partes relacionadas CEMIG e Lightcom, no montante de R\$66,6 milhões, referente a (i) suspensão do contrato de venda e (ii) cessão dos contratos de compra.
- Taxas regulatórias: gasto de R\$23,4 milhões referente as tarifas dos contratos de uso do sistema de transmissão para parques do complexo eólico Alto Sertão III.
- Contrato oneroso: R\$43,5 milhões, provisão constituída considerando que os preços estabelecidos nos contratos de venda são inferiores aos preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI.
- Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/confins: de R\$20,9 milhões referente a provisão constituída considerando a incerteza na realização dos créditos de PIS e COFINS acumulados nas operações de compra e venda de energia da sua controlada Renova Comercializadora.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia mensura seu investimento na participação societária da Brasil PCH (51%) utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

No ano de 2018, a Brasil PCH apresentou um lucro líquido de R\$166,7 milhões (R\$211,3 milhões, em 2017) impactado substancialmente por: (i) aumento das despesas financeiras no exercício, principalmente em função da variação do IGP-M (em 2018 +7,54% e em 2017 -0,52%) sobre os empréstimos e financiamentos e do pagamento de penalidade contratual na quitação antecipada de contrato com a Fundação Petros no montante de R\$6.862; (ii) reversão da provisão relacionada a contrato oneroso da Brasil PCH em 2018 menor que a realizado em 2017; e (iii) aumento das despesas gerais e administrativas em função, principalmente, da baixa do valor residual (R\$3.642) das subestações e dos pontos de conexão transferidos para as distribuidoras, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº506/2012.

O efeito do resultado desse investimento no resultado consolidado da Companhia está apresentado a seguir:

| Renova (51% Brasil PCH) | 2018 | 2017 |
|---------------------------|----------|----------|
| Equivalência patrimonial | 84.989 | 107.768 |
| Amortização da mais valia | (36.303) | (36.303) |
| Resultado | 48.686 | 71.465 |

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$316,4 milhões (R\$457,9 milhões, em 2017). A redução entre os dois exercícios está relacionada a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

transferência das dívidas relacionadas ao Complexo Eólico Alto Sertão II em agosto de 2017 e quitação das Debêntures da Companhia.

Em 2018 o resultado financeiro negativo foi impactado pelos encargos da dívida (R\$162,2 milhões), juros com fornecedor (R\$45 milhões), juros com partes relacionadas (R\$62,2 milhões) e fiança bancária (R\$32,6 milhões).

Imposto de renda e contribuição social

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No ano de 2018, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram em R\$ 5,8 milhões, em comparação a um crédito de R\$ 106,7 milhões no ano anterior.

Prejuízo do exercício

Em 2018, a Companhia registrou prejuízo de R\$856,3 milhões, ante ao prejuízo de R\$ 1.139,5 milhões no ano anterior. O resultado de 2018 foi impactado principalmente pelas i) perdas nas operações de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no valor de R\$271,9 milhões para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia, ii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III, no montante de R\$150,6 milhões e, iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$319,6 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas, além dos prejuízos acumulados existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.**

| ATIVOS | 2018 | 2019 | Var |
|---|------------------|------------------|----------------|
| CIRCULANTES | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 14.929 | 4.782 | -67,97% |
| Aplicações financeiras | 13.778 | 1.277 | -90,73% |
| Contas a receber de clientes | 8.210 | 3.641 | -55,65% |
| Tributos a recuperar | 4.482 | 9.846 | 119,68% |
| Dividendos a receber | 9.180 | - | n.a |
| Adiantamentos a fornecedores | 2.491 | 495 | -80,13% |
| Outros créditos | 869 | 1.147 | 31,99% |
| | 53.939 | 21.188 | -60,72% |
| Ativos classificados como mantidos para venda | 1.683.768 | - | n.a |
| Total dos ativos circulantes | 1.737.707 | 21.188 | -98,78% |
| NÃO CIRCULANTES | | | |
| Aplicações financeiras | 7.864 | 6.360 | -19,13% |
| Depósitos judiciais | 20.818 | 11.132 | -46,53% |
| Cauções e depósitos vinculados | 10.866 | 11.502 | 5,85% |
| Tributos diferidos | 1.773 | 934 | -47,32% |
| Outros créditos | 6.214 | 5.665 | -8,83% |
| Investimentos | 603.747 | 592.407 | -1,88% |
| Imobilizado | 239.396 | 1.680.735 | 602,07% |
| Total dos ativos não circulantes | 890.678 | 2.308.735 | 159,21% |
| TOTAL DOS ATIVOS | 2.628.385 | 2.329.923 | -11,36% |

ATIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo circulante era de R\$21,2 milhões (0,91% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$1.737,7 milhões (66% do ativo total). Essa variação ocorre principalmente porque em 2018 todos os ativos relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III estavam apresentados em uma única conta do balanço denominada ativos mantidos para venda, conforme norma contábil (IFRS 5/CPC 31).

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo não circulante era de R\$2.308,7 milhões (99,09% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$890,7 milhões (33,9% do ativo total). Conforme esclarecido, essa variação ocorre principalmente porque no exercício de 2018 os valores relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III estava classificado como ativo mantido para venda.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| PASSIVOS | 2018 | 2019 | Var |
|--|------------------|--------------------|-----------------|
| CIRCULANTES | | | |
| Fornecedores | 48.531 | 345.579 | 612,08% |
| Empréstimos e financiamentos | 348.669 | 1.506.999 | 332,21% |
| Arrendamentos a pagar | - | 4.297 | n.a |
| Tributos a recolher | 5.373 | 21.868 | 307,00% |
| Salários, encargos e férias a pagar | 8.625 | 8.125 | -5,80% |
| Contas a pagar - CCEE/Eletrobras | 13.114 | 48.815 | 272,24% |
| Outras contas a pagar | 151.136 | 109.927 | -27,27% |
| Partes relacionadas | 283.472 | 848.138 | 199,20% |
| Provisão para contrato oneroso | 37.022 | 33.069 | -10,68% |
| Provisão para custos socioambientais | 1.014 | 1.014 | n.a |
| Total | 896.956 | 2.927.831 | 226,42% |
| Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda | 1.298.415 | - | n.a |
| Total de passivos circulantes | 2.195.371 | 2.927.831 | 33,36% |
| NÃO CIRCULANTES | | | |
| Arrendamentos a pagar | - | 36.266 | n.a |
| Empréstimos e financiamentos | 63.587 | 55.299 | -13,03% |
| Tributos a recolher | - | 16.652 | n.a |
| Contas a pagar - CCEE/Eletrobras | 20.664 | 15.539 | -24,80% |
| Partes relacionadas | 337.548 | 172.684 | -48,84% |
| Outras contas a pagar | - | 1.024 | n.a |
| Provisão para contrato oneroso | 6.445 | - | n.a |
| Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas | 81.259 | 195.175 | 140,19% |
| Total dos passivos não circulantes | 509.503 | 492.639 | -3,31% |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 2.960.776 | 2.960.776 | n.a |
| (-) Custos na emissão de ações | (41.757) | (41.757) | n.a |
| Reservas de capital | 55.379 | 1 | -100,00% |
| Prejuízos acumulados | (3.050.887) | (4.009.567) | 31,42% |
| Total do patrimônio líquido | (76.489) | (1.090.547) | 1325,76% |
| TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2.628.385 | 2.329.923 | -11,36% |

PASSIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do passivo circulante era de R\$2.927,8 milhões, representando um aumento de R\$732,5 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2018, quando o saldo era de R\$2.195,4 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Não circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$492,6 milhões, redução de R\$16,8 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$1.090,5 e R\$76,5, respectivamente, em função do prejuízo acumulado.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

| ATIVOS | 2018 | 2017 | Var |
|---|------------------|------------------|-----------------|
| CIRCULANTES | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 14.929 | 24.750 | -39,68% |
| Aplicações financeiras | 13.778 | - | n.a |
| Contas a receber de clientes | 8.210 | 44.611 | -81,60% |
| Tributos a recuperar | 4.482 | 14.400 | -68,88% |
| Dividendos a receber | 9.180 | 33.219 | -72,37% |
| Adiantamentos a fornecedores | 2.491 | 2.327 | 7,05% |
| Outros créditos | 869 | 8.033 | -89,18% |
| | 53.939 | 127.340 | -57,64% |
| Ativos classificados como mantidos para venda | 1.683.768 | 16.198 | 10294,91% |
| Total dos ativos circulantes | 1.737.707 | 143.538 | 1110,63% |
| NÃO CIRCULANTES | | | |
| Aplicações financeiras | 7.864 | 7.789 | 0,96% |
| Cauções e depósitos vinculados | 10.866 | 11.361 | -4,36% |
| Tributos diferidos | 1.773 | 1.442 | 22,95% |
| Depósitos judiciais | 20.818 | 21.384 | -2,65% |
| Outros créditos | 6.214 | 6.129 | 1,39% |
| Investimentos | 603.747 | 685.362 | -11,91% |
| Imobilizado | 239.396 | 2.052.332 | -88,34% |
| Total dos ativos não circulantes | 890.678 | 2.785.799 | -68,03% |
| TOTAL DOS ATIVOS | 2.628.385 | 2.929.337 | -10,27% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| PASSIVOS | 2018 | 2017 | Var |
|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| CIRCULANTES | | | |
| Fornecedores | 48.531 | 259.377 | -81,29% |
| Empréstimos e financiamentos | 348.669 | 1.212.702 | -71,25% |
| Tributos a recolher | 5.373 | 18.467 | -70,90% |
| Salários, encargos e férias a pagar | 8.625 | 8.133 | 6,05% |
| Contas a pagar - CCEE/Eletrobras | 13.114 | 46.222 | -71,63% |
| Outras contas a pagar | 151.136 | 77.057 | 96,14% |
| Partes relacionadas | 283.472 | 84.964 | 233,64% |
| Provisão para contrato oneroso | 37.022 | - | n.a |
| Provisão para custos socioambientais | 1.014 | 1.014 | - |
| | <u>896.956</u> | <u>1.707.936</u> | <u>-47,48%</u> |
| Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda | 1.298.415 | 43.000 | 2919,57% |
| Total de passivos circulantes | <u>2.195.371</u> | <u>1.750.936</u> | <u>25,38%</u> |
| NÃO CIRCULANTES | | | |
| Fornecedores | - | 25.220 | n.a |
| Empréstimos e financiamentos | 63.587 | 80.636 | -21,14% |
| Contas a pagar - CCEE/Eletrobras | 20.664 | 522 | 3858,62% |
| Partes relacionadas | 337.548 | 265.236 | 27,26% |
| Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas | 81.259 | 26.979 | 201,19% |
| Provisão para contrato oneroso | 6.445 | - | n.a |
| Total dos passivos não circulantes | <u>509.503</u> | <u>398.593</u> | <u>27,83%</u> |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 2.960.776 | 2.960.776 | n.a |
| (-) Custos na emissão de ações | (41.757) | (41.757) | n.a |
| Reservas de capital | 55.379 | 55.379 | n.a |
| Prejuízos acumulados | (3.050.887) | (2.194.590) | 39,02% |
| Total do patrimônio líquido | <u>(76.489)</u> | <u>779.808</u> | <u>n.a</u> |
| TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | <u>2.628.385</u> | <u>2.929.337</u> | <u>-10,27%</u> |

ATIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo circulante era de R\$1.737,7 milhões (66% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2016 o saldo era de R\$143,5 milhões (5% do ativo total). Essa variação ocorre principalmente porque com a decisão de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III todos os ativos relacionados a esse projeto são apresentados em uma única conta do balanço denominada ativos mantidos para venda, conforme norma contábil (IFRS 5/CPC 31).

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo não circulante era de R\$890,7 milhões (34% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$2.785,8 milhões (95% do ativo total).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme esclarecido, essa variação ocorre principalmente porque com a decisão de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III.

PASSIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$2.195,3 milhões, representando um aumento de R\$444,4 milhões ou 25,4% em comparação com 31 de dezembro de 2017, quando o mesmo saldo era de R\$1.750,9 milhões.

Esse aumento se deve principalmente a dívida com partes relacionadas que totalizou R\$418,8 em 2018. Os recursos recebidos foram utilizados para compra de energia e manutenção das atividades da Companhia.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$509,5 milhões, aumento de R\$110,9 milhões ou 27,83% em comparação com 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o ano em R\$76,5 milhões negativos em função do prejuízo acumulado.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Comentários dos diretores sobre:

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia refere-se basicamente a comercialização de energia elétrica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida foi de R\$98,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$709,8 milhões e R\$734,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No ano de 2019 dois segmentos da Companhia apresentara, receita operação, a saber geração de energia de PCHs e comercialização. A Redução apresentada no exercício de 2019 ocorreu principalmente em função da suspensão e cessão dos contratos de comercialização. Assim, os resultados dos anos de 2019, 2018 e 2017 foram, respectivamente, R\$98,2 milhões, R\$709,8 milhões e R\$676,3 milhões

A linha de custo mais relevante no resultado operacional de 2019, 2018 e 2017, refere-se ao custo com compra de energia. No ano de 2019, os custos gerenciáveis somaram R\$56,2 milhões, sendo que a compra de energia totalizou R\$48,6 milhões comparado ao valor de R\$815 milhões em 2018. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizariam R\$7,6 milhões no ano, ou seja, redução de 14,2% em comparação ao ano de 2018.

Com relação a despesas, o resultado de 2019 foi afetado principalmente pelo: (i) *impairment* dos ativos do Complexo de Alto Sertão III no valor total de R\$259,4 milhões, (ii) pelas penalidades contratuais e regulatórias no valor de R\$61,1 milhões, (iii) pelas indenizações contratuais no valor de R\$102,5 milhões, e (iv) pelas penalidades fiscais no valor de R\$89,3 milhões.

O resultado de 2018 foi afetado principalmente pelo reconhecimento: (i) do *impairment* dos ativos do Complexo de Alto Sertão III no valor total de R\$150,2 milhões, (ii) provisão para contingências cíveis e trabalhistas, no valor de R\$ 64,6 milhões e (iii) provisão para contrato oneroso, no valor de R\$43,5.

O resultado de 2017 foi impactado principalmente pelo reconhecimento do *impairment* dos ativos do Complexo de Alto Sertão III e do projeto Graúna (ex-Zeus) no valor total de R\$ 786 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária.

O preço da energia elétrica proveniente das PCHs da Companhia em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que podem reduzir a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos principalmente em Reais, os quais são atualizados com base na TLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente à Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativo em R\$ 444,3 milhões. No exercício de 2018, o resultado foi de R\$316,4 milhões, e em 2017 R\$457,9 milhões.

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos (a parte do capex que está em moeda estrangeira é negociada antes da tomada de decisão do projeto e portanto a Companhia não fica exposta a variação cambial), bem como a totalidade das receitas da Companhia, é em Reais, a Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, nos exercícios sociais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve impacto relevante nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78,0 milhões é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60,0 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e determinas controladas adotaram o regime de tributação do lucro real. Já as controladas operacionais Brasil PCH, Espra e 6 SPEs do LER 2013 adotaram o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. A Companhia se qualifica para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou aos parques eólicos, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior ou (ii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

Os projetos eólicos da Companhia foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC, no caso específico do setor de energia elétrica é o REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) que concede a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na aquisição de serviços e equipamentos (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. A Companhia pretende também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 7,2 milhões, um aumento de 23,2% em relação aos R\$ 5,8 milhões do exercício de 2018. No ano de 2017 tivemos um crédito de R\$ 106,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2019 e de 2018 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2017 a Companhia alienou as seguintes participações:

i) Ações TerraForm

Em 15 de maio de 2017, a Companhia e a Brookfield Asset Management, por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a Companhia detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. ("TerraForm Global"). O preço total de aquisição das ações foi de R\$305.766 (US\$ 92,8 milhões), pagos à Companhia em 29 de junho de 2017.

ii) Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. ("AES") da totalidade das ações da Nova Energia detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

iii) Complexo Eólico Umburanas

Em 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas (LEN 2013 (A-5) e LEN 2014 (A-5)) com a Engie Brasil Energia S.A. ("Engie"), por meio da sua subsidiária ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. O preço base total de venda das ações das sociedades que integram o Complexo foi de R\$15.000. Conforme previsto no 1º Aditivo e Termo de fechamento ao referido contrato, as partes ajustaram o preço de venda para R\$16.938 decorrente do acordo para pagamento de 50% do valor da multa aplicada pela ANEEL pelo cancelamento de 4 outorgas deste mesmo complexo.

c. eventos ou operações não usuais

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração, aprovou um plano de estruturação financeira que dentre outras ações, contemplava o equacionamento e alongamento de dívidas e a venda do Complexo Eólico AS III.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Assim, em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data e dentre outras providências, determinou:

- i. Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- ii. Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005;
- iii. Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- iv. Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- v. Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em aderência a esse momento da Companhia, em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a contratação de empresa especializada em assessoria e suporte à gestão interina de empresas em processos de recuperação judicial. Como parte da Gestão interina, ocorreu nessa mesma data a substituição do diretor-presidente e do diretor de finanças e desenvolvimento de negócios.

No dia 04 de novembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pela Companhia, a qual foi reapresentada em 10 de março de 2020. Em 13 de dezembro de 2019, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Em 17 de dezembro de 2019 a Companhia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica- financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Em 31 de dezembro de 2019 o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentou:

i. Abstenção de opinião, conforme transcrito a seguir:

“Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas”.

Base para abstenção de opinião

1. Conforme descrito na nota explicativa 1.3, em 16 de outubro de 2019 foi deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial da Companhia e de determinadas controladas. Em 17 de dezembro de 2019, a Administração apresentou o plano de recuperação judicial que encontra-se em fase de apresentação e discussão com os credores e stakeholders e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como o adequado registro dos passivos e provisões, depende da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial. Desta forma, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. Conforme mencionado na nota explicativa 12.9, em virtude das incertezas inerentes ao processo de recuperação judicial, a Companhia não realizou para 31 de dezembro de 2019, o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado em curso, composto pelos ativos do Complexo Eólico Alto Sertão III e projetos em desenvolvimento no montante de R\$ 1.493.280 mil na data base, que é requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1)/ IAS 36- Redução ao valor recuperável de ativos, não sendo possível avaliar se haveria necessidade de complemento ao valor da provisão existente para impairment destes ativos em 31 de dezembro de 2019.

2. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 2.906.643 mil no consolidado e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízos acumulados na controladora e no consolidado de R\$ 4.009.567 mil, prejuízo no exercício de R\$ 1.014.058 mil, individual e consolidado, e patrimônio líquido negativo de R\$ 1.090.547 mil. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e dúvida quanto à base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. As incertezas significativas acima destacadas, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia e suas controladas. Esses impactos podem

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia e suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.”

ii. Ênfase, conforme transcrito a seguir:

“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 19.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, atualmente encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações que, além da Companhia, envolvem e incluem também alguns de seus acionistas. A Administração da Companhia contratou empresa independente especializada com suporte de escritório de advocacia externo para avaliação das alegações e fatos tornados públicos relativos à essas investigações e constituiu um Comitê de Monitoramento para acompanhar estes procedimentos. Em fevereiro de 2020, a empresa independente especializada concluiu a investigação e emitiu seu relatório que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, porém, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo: (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços e/ou em desconformidade com as políticas internas e boas práticas de governança no montante de aproximadamente R\$142 milhões, já provisionados em anos anteriores e, (ii) falhas nos controles internos da Companhia.

Neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, além daqueles já mencionados na nota explicativa acima referida.”

Não houve ressalvas ou abstenção de opinião nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O relatório dos auditores independentes emitido pela EY relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 contém parágrafo de ênfase transcritos abaixo:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota 1.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 457.664 mil no consolidado, e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo naquela data de R\$ 856.297 mil, margem bruta negativa de R\$ 124.440 mil, prejuízos acumulados, na controladora e no consolidado, de R\$ 3.050.887 mil e passivo a descoberto de R\$76.489 mil. Além disto, a Companhia depende da obtenção de capital para cumprir com os compromissos inclusive de construção dos parques eólicos e solares. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

“Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 19.1 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações que, além da Companhia, envolvem e incluem também alguns de seus acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicações e comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados em nota explicativa.

e) Contrato oneroso

Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2019:

IFRS 16 (CPC 06-R2) – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03)

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 16/CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019 e, portanto, não reapresentaram as informações e saldos em base comparativa. Foram utilizados também os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras.

As despesas relacionadas aos contratos de arrendamento operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento.

Nas tabelas a seguir, é apresentado o impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) nos balanços patrimoniais individual e consolidado de 31 de dezembro de 2019 e nas demonstrações de resultados individual e consolidado do exercício findo naquela data:

| <u>Impactos no balanço patrimonial</u> | <u>Consolidado</u> | <u>Controladora</u> |
|---|--------------------|---------------------|
| Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos | 105.730 | 32.989 |
| Impactos da taxa de desconto | (60.645) | (9.764) |
| Exclusão de arrendamento de baixo valor e curto prazo | (512) | (181) |
| Ativo de direito de uso | <u>44.573</u> | <u>23.044</u> |
| Passivo de arrendamento | <u>44.573</u> | <u>23.044</u> |
| Prazo médio contratual (anos) | 8 | 5 |

| <u>Impactos na demonstração do resultado</u> | <u>Consolidado</u> | <u>Controladora</u> |
|---|--------------------|---------------------|
| Despesa com depreciação e amortização | (6.173) | (4.893) |
| Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais | (512) | (181) |
| Resultado | (6.685) | (5.074) |
| Despesas financeiras | (5.356) | (2.841) |
| Total - impacto na despesa líquida | <u>(12.041)</u> | <u>(7.915)</u> |

Os contratos de arrendamento são remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Com relação a demonstração do fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$5.803 (consolidado) e R\$2.254 (controladora), pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

ICPC 22/ IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Após a adoção da Interpretação, o Grupo considerou se possui posições fiscais incertas. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

b) Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019:

IAS 28/CPC 18

Aplicação da IFRS 9/CPC 48 à mensuração de outros instrumentos financeiros em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, para os quais o método da equivalência patrimonial não é aplicável, bem como prescreve as regras de transição relacionadas à adoção inicial.

IAS 12/CPC 32

Estabelece as regras para reconhecimento de eventuais efeitos tributários sobre os dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo em vista que nos últimos anos a Companhia não efetua nem tem projeções que sustentem a eventual distribuição de dividendos em um futuro próximo.

IAS 19/CPC 33

Altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. Essa alteração não impacta as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo em vista que a mesma não patrocina plano de benefícios aos seus empregados.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

c) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 15 (R1)

As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, e, assim, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Além das alterações previstas acima, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Descrição dos diretores sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
- iv. contratos de construção não terminada;**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foram destinados, principalmente, à montagem e instalação dos parques eólicos do Alto Sertão III– Fase A, composto pelos parques dos projetos Mercado Livre III, Leilão de Energia de Reserva de 2013, Light I.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 contabilizados no fluxo de caixa da Companhia.

| Período | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------------|------------|------------|------------|
| Investimento (em R\$ milhões) | 10.942 | 23.414 | -817.225* |

Em 2017, o valor de investimento é negativo (geração de caixa pelas atividades de investimentos), devido principalmente ao recebimento por vendas de ativos, no valor de R\$ 778,7 milhões, e ao resgate de *escrow accounts*, no valor de R\$ 60,8 milhões. Excluindo-se esses valores, o valor de investimento seria de R\$ 22,4 milhões.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia utiliza linhas de financiamento, na modalidade *Project Finance* contratadas junto a bancos de fomento, além de outras dívidas via mercado de capitais, dentre outras. Em 2019 a Companhia ou suas controladas apresentam saldos dos empréstimos contratados junto a: i. BNDES (empréstimo ponte) para financiar a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III, ii. FINEP cujos recursos foram destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica e iii. BNB cujos recursos foram utilizados para construção das PCHs da Espras, e iii. dívidas de curto prazo para capital de giro com bancos comerciais.

Em linha com o Plano de Recuperação Judicial e para suporta as despesas de manutenção das suas atividades, a Renova celebrou com a controladora CEMIG empréstimo do tipo *debtor-in-possession* (“DIP”), no montante total de R\$36.500, sendo R\$10.000, R\$6.500 e R\$20.000, em 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia informa que não há desinvestimento em andamento no momento. No entanto determinados ativos poderão ser alienados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, que deverá ser aprovado em Assembleia de Credores a ser realizada entre abril e maio de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

b. desde que já divulgada, a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não houve a aquisição de novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

* * *

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante